



escola de **gestores**
da educação **básica**

CURRÍCULO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Selma Pereira dos Santos

Belo Horizonte
2010



escola de **gestores**
da educação básica

CURRÍCULO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Minas
Gerais (UFMG), como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista
em Gestão Escolar.

Orientadora: Profa. Libéria Rodrigues
Neves

Selma Pereira dos Santos

Belo Horizonte
2010

CURRÍCULO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Professora Libéria Rodrigues Neves (Orientadora) - UFMG

Professor Hormindo Pereira de Sousa Júnior - UFMG

Belo Horizonte, Dezembro de 2010

RESUMO

Este artigo explicita a análise feita durante o período de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Rachel Iancu Steurman, a perspectiva atual da Inclusão Social das pessoas com necessidades educacionais especiais (físicas, locomotoras, sensoriais e mentais), nesta escola, no âmbito da integração educacional, tendo como referência o currículo escolar. A intenção é: levantar questões e aspectos relevantes do currículo escolar, apontando a adequação curricular como a alternativa para a escola atender a diversidade dos alunos. Questões estas que merecem a importância de ações que sejam planejadas, executadas e repensadas sob a maestria do conjunto de agentes que compõem sua comunidade escolar.

ABSTRACT: This article clarifies the analysis made during the period of collective construction of Pedagogical political project of the Escola Estadual Rachel Iancu Steurman, the current perspective of social inclusion of people with special educational needs (physical, locomotors, sensory and mental), this school, in the framework of educational integration, having as reference the school curriculum. The intention is: raising issues and relevant aspects of the school curriculum, curriculum pointing the suitability as alternative to school meet the diversity of students. These Issues that deserve the importance of actions that are planned, executed and reconsidered in the mastery of agents that compose your school community.

PALAVRAS-CHAVE: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - INCLUSÃO SOCIAL – NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – CURRÍCULO ESCOLAR.

SUMÁRIO

1- A FUNÇÃO DA ESCOLA.....	06
2-A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO DENTRO DA ESCOLA.....	06
3- A IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR.....	08
4 – CRITÉRIOS PARA ADEQUAÇÃO CURRICULAR	10
4.1-ROMPER COM VELHOS PARADIGMAS.....	10
4.2-COLABORAÇÃO DE TODOS OS AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	11
4.3 ADAPTAÇÕES CURRICULARES.....	12
5– PERSPECTIVA INCLUSIVA EM NOSSA ESCOLA.....	13
6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
ANEXO 1. MATERIAL DE TRABALHO (TEXTOS E IMAGENS).....	17
ANEXO 2. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL RACHEL IANCU STEURMAN.....	23

1- A FUNÇÃO DA ESCOLA:

A educação escolar, ao longo dos tempos, vem tendo seu papel e sua função adaptados conforme as mudanças ocorridas na estruturação da sociedade, movidas por mudanças de caráter econômico, social, histórico.

Nos dias atuais, com o advento da sociedade capitalista e da ampliação da globalização, a educação escolar, embora seja vista sob óticas diferenciadas pela classe dominante e pela classe trabalhadora, tem sua função básica definida como um direito do cidadão, assegurado nas leis que regem o nosso país.

Nesta perspectiva pode-se dizer que a função da escola hoje seria ajudar os alunos a construir conhecimentos, formas de pensar e sentir mais elaboradas, assim como valores sociais. Isso implica um movimento de relações recíprocas entre o aluno e o universo a ser conhecido.

De acordo com Oliveira (2010), considerando os sujeitos históricos, o projeto de educação a ser desenvolvido nas nossas escolas tem que estar pautado na realidade, visando a sua transformação, pois se compreende que a realidade não é algo pronto e acabado. Não se trata, no entanto, de atribuir à escola nenhuma função salvacionista, mas reconhecer seu incontestável papel social no desenvolvimento de processos educativos, na sistematização e socialização da cultura historicamente produzida pelos homens.

E é partindo desse princípio que nos reunimos para discutir a realidade de nossa escola, e repensarmos o modo como se tem desempenhado sua função social junto a nossa comunidade escolar, sabendo que a mesma é formadora de sujeitos históricos e é um espaço de sociabilidade que possibilita a construção a socialização do conhecimento produzido.

Segundo Frigotto (1999) (...) pensar a função social da escola implica repensar o seu próprio papel, sua organização e os atores que a compõe.

2-A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO DENTRO DA ESCOLA:

Pensando a escola como espaço de constantes transformações sociais e históricas, várias indagações se fazem necessárias no ambiente escolar, principalmente durante o processo de elaboração do Projeto Político e Pedagógico; processo este facilitado pela recente e crescente autonomia

delegada à escola para a elaboração de seus processos de decisões democráticas.

Todos os aspectos do mesmo merecem a atenção de explicitar os anseios e a proposição de ações que contemplem os rumos pretendidos para o bom desempenho de uma educação de qualidade para todos. Mas especial atenção merece o aspecto do currículo enquanto planos e práticas pedagógicas que orientam nossa ação e nossas escolhas, a partir de nós mesmos, de nossas identidades profissionais, pessoais e coletivas. O currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequenciação, suas hierarquias e cargas horárias são o núcleo fundante e estruturante do cotidiano das escolas, dos tempos e espaços, das relações entre educadores e educandos, da diversificação que se estabelece entre os professores. (ARROYO, 2008)

Baseados nesta lógica, é que desenvolvemos as indagações de como poderíamos adaptar o nosso currículo escolar para atender a estas demandas da coletividade, respeitando a diversidade de ideias e ideais, planejando estratégias para receber na escola e incluir no processo de aprendizagem pessoas com necessidades educacionais especiais tais como: pessoas com deficiências físicas e locomotoras, visuais, auditivas e mentais.

O currículo, como o conjunto de conhecimentos e experiências de aprendizagem a ser oferecido aos alunos, é definido e elaborado fora da escola com base nas prioridades estabelecidas para políticas educacionais; e são explicitados em leis, diretrizes e documentos oficiais que regem e orientam o trabalho sobre o que deve ser ensinado aos alunos, assegurando-se uma base comum e uma parte diversificada (como é o caso da LDB, PCN's, Diretrizes e outros) respeitando-se a realidade educacional e a peculiaridade sociocultural da clientela componente da comunidade escolar.

Com a aplicação desta ideia, resulta a realidade de um currículo formal e de um currículo real.

O currículo formal contempla o conjunto de conteúdos, horários, quadro de disciplinas e toda a parte burocrática que é necessária para que a aprendizagem se consolide no ambiente escolar. Mas não deve ser algo pronto e acabado e deve ser reelaborado e adequado para atender a demanda das necessidades da comunidade escolar, principalmente de educandos e educadores, traduzindo-se

no sucesso escolar e na qualidade da educação, que também é um direito do educando, explicitada no interior da escola pelas ações práticas no ambiente de ensino, onde os alunos possam relacionar sua prática de aprendizagem a sua vida cotidiana, resultando no currículo real. Como afirma Candau:

O currículo deve ser visto como um campo de conhecimento pedagógico, no qual se destacam as experiências escolares em torno do conhecimento, levando sempre em consideração a especificidade da escola, em meio a relações sociais, e a sua contribuição para a construção das identidades dos estudantes. Assim associa-se o currículo ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas (MOREIRA E CANDAU, 1996).

Neste sentido a interdisciplinaridade, proposta pelos PCNs, muito contribui para que a comunicação entre as disciplinas do currículo possa fugir do currículo estanque, pré-estabelecido para a cultura de projetar as ações de ensino e aprendizagem de forma articulada.

3- A IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR:

Segundo Arroyo (2008), vem crescendo as sensibilidades para com os currículos das escolas, porque percebemos que a organização curricular afeta a organização do nosso trabalho e do trabalho dos educandos. O mundo está mudando e, ao mesmo tempo em que os educadores têm nova sensibilidade sobre si mesmos, e sobre sua identidade, mudanças significativas vêm acontecendo nas identidades dos educandos.

A sociedade atual vive momentos de crises: a desigualdade social, a violência dos grandes centros urbanos, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho que exige hoje a formação mais integral de sua mão de obra, a despeito da formação puramente tecnicista dos anos 70. Busca-se nos espaços escolares a possibilidade da formação integral dos indivíduos de forma a torná-los capazes de superar dilemas, dificuldades sociais, e a se tornarem aptos a viver num mundo cada vez mais carente de alguém preparado para gerenciar suas novas demandas de relações sociais, de preservação do meio ambiente, dos bens históricos e culturais.

O perfil dos alunos neste tempo vem mudando, a realidade da estruturação das famílias é muito diferente do que era nas décadas de 70, 80 e 90 e é nesta perspectiva que o currículo vem mudando para buscar desenvolver um educando cidadão.

Sendo o aluno sujeito da ação pedagógica, o olhar do currículo deve estar voltado para ele e suas necessidades, saindo da fórmula das ações estanques e intocáveis.

O currículo é um instrumento que viabiliza o direito à educação, ao conhecimento e à cultura; e este direito deve ser gozado por todos, independentemente das desigualdades sociais e de acesso à aprendizagem, que sabidamente não são empecilhos para que a educação seja de qualidade.

Partindo do pressuposto de que a escola é o local onde se efetiva o direito à educação, as novas demandas apresentadas à escola impulsionam mudanças: no olhar sobre a importância do currículo como algo vivo e atuante junto à vida dos educandos; na forma de repensar e de organizar todo o processo de elaboração do mesmo, para que a escola deixe de ser um lugar onde se consolidem práticas excludentes e seletivas para ser um lugar onde os ritmos de aprendizagem são respeitados, e os alunos excluídos (socialmente ou do acesso aos processos de aprendizagem) tenham acesso a educação de qualidade, como direito assegurado por lei, tendo respeitados suas características físicas e intelectuais, bem como seus valores éticos, étnicos, culturais e sociais.

Para que tal visão se concretize, é necessário começar aos poucos, preparando o campo da reflexão, dentro da escola, para que posteriormente todo o processo educativo reflita a ação reflexiva da escola.

Para Isabel Alarcão (2001), o professor reflexivo é aquele que pensa, e a escola reflexiva é uma instituição que pensa e que é capaz de avaliar a si própria.

A escola reflexiva, à qual Alarcão se refere, é aquela que envolve todos os seus agentes na construção de sua diversidade. É aquela que dialoga com a comunidade. É aquela que se abre para as mudanças, interage com a tecnologia e se flexibiliza diante das transformações. Não é uma escola pronta. Mas talvez uma escola que continuamente reflite sobre si mesma no presente para SER no futuro.

E uma escola que se proponha a assumir tal postura, não pode deixar de contemplar em seu currículo as necessidades de respeito à diversidade cultural da comunidade na qual está inserida, de possibilidades de inclusão de pessoas com necessidades especiais, dentre outros aspectos.

E é sobre o aspecto da inclusão de pessoas com necessidades especiais que se debruça a discussão do currículo de nossa escola. Durante o processo de reformulação do Projeto Político Pedagógico, pudemos perceber que seria necessário abordar o aspecto da inclusão social, atendo-nos mais especificamente ao ambiente escolar.

Por fazer parte do Projeto Incluir¹, a escola recebe o material de apoio, contando com vasta produção acadêmica necessária para que os educadores tenham conhecimento da evolução da educação inclusiva no nosso país, bem como discussão de estratégias necessárias para que a escola desenvolva uma educação de qualidade, incluindo todos os alunos.

4 – CRITÉRIOS PARA ADEQUAÇÃO CURRICULAR:

A seguir, serão descritos alguns critérios considerados necessários à efetiva adequação curricular em prol do atendimento educacional de todos os alunos, sobretudo os que historicamente se mantiveram à margem ou fora da escola.

4.1-ROMPER COM VELHOS PARADIGMAS:

O modelo da inclusão que vem sendo praticado significa um processo educacional que busca atender o educando com deficiência na escola ou na classe de ensino regular. Para que isso aconteça, é fundamental o suporte dos serviços da área de Educação Especial por meio de seus profissionais. A inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado.

¹ Programa da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para a formação dos educadores das escolas inclusivas.

O modelo da inclusão procura romper com as crenças cristalizadas pelo paradigma que o antecedeu: o da integração, baseado em um modelo médico, onde a deficiência deveria ser superada para que o aluno chegasse o mais perto possível do parâmetro normal, vendo as dificuldades como distúrbios, disfunções, anomalias e doenças. Este tipo de visão tinha preceitos que ignoravam as diferenças, norteando-se pelo princípio da normalidade, que privilegiava aqueles alunos que estivessem mais preparados para inserir-se no ensino regular. Ou seja, a tese defendida era a de que quanto mais próximo da normalidade, mais o aluno estaria em condições de frequentar o ensino regular.

Podemos observar também que a falta de apoio ao professor acarreta pouca crença na implementação da inclusão. Talvez esse fato resida na herança histórica do modelo de Integração em relação à deficiência.

4.2-COLABORAÇÃO DE TODOS OS AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCACIONAL:

Para que se realize a inclusão escolar efetiva destes alunos, é necessário que haja troca de informações entre a família do aluno, a escola e a comunidade.

Muitas vezes a família precisa ser informada e orientada sobre quais atitudes deve tomar em relação ao encaminhamento do aluno para um atendimento especializado, quando necessário, e sobre quais as atitudes pedagógicas a escola irá tomar no caso de promover ajudas mais específicas para sanar as dificuldades encontradas pela avaliação da escola.

Segundo Coll (2004) a colaboração da família é de vital importância para favorecer a contextualização e a generalização de determinadas aprendizagens e conseguir que estas sejam mais significativas para o aluno, já que pode relacionar o que faz em casa com o que faz na escola.

O papel do professor é fundamental para que se estabeleça um clima de confiança e auto-estima que o levará a desenvolver a proposta de ensino com satisfação. Um trabalho educacional com alunos com deficiência pode privilegiar atividades espontâneas que permitirão ao professor observar os processos que o levaram a construir suas respostas. Talvez seja mais importante entender como

ela aprende, como elabora o pensamento, do que com o resultado da resposta; ou seja, se responde corretamente ou não, se há necessidade de fazê-lo experimentar as dificuldades e possibilidades como forma de desenvolver suas habilidades. O fundamental na ação pedagógica é que ela seja problematizadora, desafiando permanentemente o aluno a desenvolver suas potencialidades.

Segundo a teoria de Vygotsky², a aprendizagem seria impulsionadora do desenvolvimento humano.

4.3 ADAPTAÇÕES CURRICULARES:

Devemos considerar, ainda, nas medidas de adaptações curriculares, uma criteriosa avaliação dos alunos, considerando sua competência acadêmica, seu contexto escolar e familiar e a participação da equipe técnica e docente da escola em que o aluno está inserido, inclusive com profissionais de apoio (fonoaudiólogo, psicólogo, médico e intuições que possuam experiência na educação de crianças especiais).

As adaptações curriculares são estratégias para promover maior eficácia educativa, a fim de contribuir, de forma mais coerente, com o sistema de inclusão e com o atual estado dos sistemas educacionais, que são, ainda, insuficientes para atender os alunos das escolas regulares, especialmente os que apresentam necessidades educacionais especiais. As adaptações curriculares se caracterizam pela procura de uma maior flexibilidade e dinamismo do Projeto Político-Pedagógico de cada instituição escolar e da formação de cada educador, como afirma Coll:

As adaptações curriculares constituem um processo de tomada de decisões para cada criança no contexto concreto no qual ela se desenvolve e aprende. Portanto não há adaptações previamente concebidas, como receitas para as diversas necessidades ou problemáticas. (...) Em um currículo compreensivo e aberto, o último nível de ajuste da oferta educativa comum é constituído pelas adaptações curriculares individualizadas .(COOL, 2004 pag. 296/297)

Percebe-se que um dos desafios atuais do professor significa trabalhar em

² Lev Vygotsky (1896-1934), psicólogo russo responsável pela sistematização da teoria Sócio-interacionista da aprendizagem

função de empreender ações que visem diminuir a distância entre o que a escola oferece e o que o aluno tem interesse para sua vida cotidiana. Romper a barreira que impede que nossos alunos e comunidade atribuam importância ao papel da escola, enquanto contribuinte, para a melhoria da qualidade da vida social torna-se, também, fundamental.

5– PERSPECTIVA INCLUSIVA EM NOSSA ESCOLA:

Durante a reelaboração do Projeto Político e Pedagógico, pudemos destacar a importância do trabalho através do respeito à diversidade dos educandos e a necessidade de a escola promover de forma efetiva uma aprendizagem de qualidade que atenda às necessidades de todos - sejam elas físicas, motoras, intelectuais ou de aprendizagem.

Atendemos, atualmente, apenas a um aluno que possui necessidade especial intelectual mais avançada e que frequenta os serviços da APAE em horário extra; um aluno que possui dificuldade avançada de visão (detectada e já em acompanhamento profissional); e alguns alunos que apresentam dificuldades mais acentuadas de aprendizagem, detectadas apenas pela escola, visto que os mesmos não apresentam condições financeiras de ter um acompanhamento de um psicopedagogo, psicopatologista, neurologista ou psiquiatra.

Desenvolve-se, nesta escola, um projeto de inclusão social com a maioria dos alunos das turmas dos 7º 8º e 9º anos do ensino fundamental, através da disciplina de OPV³, interdisciplinando com Português, Artes e outras disciplinas.

Começamos com o propósito de desenvolver junto aos alunos e educadores a sensibilidade para com o tema inclusão social de pessoas com necessidades especiais.

Foram trabalhados textos para sensibilização e textos informativos para o entendimento de todo o processo de inclusão no Brasil ao longo dos tempos; seminários para debates de situações fictícias de preconceito; dinâmicas fora da sala de aula para que os alunos percebam as dificuldades de locomoção enfrentadas pelos cadeirantes e pelos cegos; construção de mural para a

³ Disciplina que trabalha junto aos alunos conteúdos de **Orientação Para a Vida**

exposição de noticiários, reportagens sobre o assunto e trabalhos realizados pelos alunos (produções de texto, imagens etc.).

Após esta etapa do trabalho, foi proposto aos alunos que apresentassem a sua visão da temática por meio de trabalhos que seriam definidos por eles. Percebe-se que foi possível alcançar os objetivos pois o retorno dos alunos foi bastante satisfatório: demonstraram muito interesse em debater, discutir, aprender sobre como desenvolver um ambiente inclusivo; demonstram atitudes de respeito, sensibilidade e conhecimento da questão da inclusão social de pessoas com necessidades especiais, não como dependentes e desprivilegiados, mas como sujeitos capazes de participar do processo educativo, com uma aprendizagem efetiva.

Foi realizado um intercâmbio com a APAE do município, promovendo a visita de um grupo de alunos desta escola para, além de conhecer o trabalho desenvolvido, levar o convite à instituição para que a mesma realizasse, na escola, em data programada, a apresentação do grupo de alunos integrantes do projeto denominado *Mãos que Falam*. Composto por alunos surdos, alunos com síndrome de Down e alunos com paralisia cerebral, contando com a ajuda de uma professora que trabalha com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), os alunos apresentam coreografias de músicas.

Tal apresentação foi gratificante e produtiva. Os alunos e professores da escola se demonstraram emocionados durante toda a apresentação. Foi possível concluir que cada um, ao seu jeito, possui uma necessidade especial, de aconchego de compreensão e de afeto.

Após a apresentação os alunos visitantes foram tratados como *pop stars*, tiraram fotos, foram muito bem tratados, a receptividade foi excelente. Crê-se que o objetivo inicial foi alcançado, alcançando mudanças começaram a partir da sensibilização de que é necessário a escola estar preparada para desenvolver um educação inclusiva de forma concreta. Tal sensibilização promoveu atitudes que culminaram na constatação da necessidade de se repensar o currículo de forma a torná-lo mais flexível, com situações de intervenção na aprendizagem (PIP⁴) para atender de forma mais individual as necessidades de cada aluno.

⁴ Projeto de Intervenção Pedagógica, desenvolvido pela escola para atender as dificuldades detectadas pelos educadores.

Todo o trabalho contribuiu para fomentar a ampliação do senso de responsabilidade junto aos educadores para com a proposta de uma educação inclusiva.

A partir das ações descritas, a maioria do corpo docente efetivo da escola decidiu por participar de curso de capacitação dos servidores públicos sobre Educação Inclusiva e Educação Especial, promovido pela PUC MINAS VIRTUAL. Tal avanço talvez possa contribuir para a ampliação do currículo, de modo a atender as demandas de uma educação de qualidade, bem como da diversidade cultural e das necessidades da sua comunidade - sejam elas especiais ou não.

Diante disso, decide-se por concluir o presente texto fazendo uso das seguintes palavras de Paulo Freire (2000, p.53-54):

“É certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas, a partir da realidade concreta a que “chegam” em sua geração. E não fundadas ou fundados em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões. O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. As puras ilusões são os sonhos falsos de quem, não importa que pleno ou plena de boas intenções, faz a proposta de quimeras que, por isso mesmo, não podem realizar-se.

A transformação do mundo necessita tanto de sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta.”

6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

OLIVEIRA, João F; **MORAIS**, Karine N; **DOURADO**, Luiz F. *A função social da educação e da escola*. BH: Base de dados da Escola de Gestores, 2010.

FRIGOTTO, G.; Educação e a crise do capitalismo real. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GONZÁLES ARROYO, Miguel, Indagações sobre Currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008. 52p

_____Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Ed. Vozes, 2004, 3ª Edição, 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio e **CANDAU**, Vera Maria. Secretaria de Educação Básica (Org.). **Currículo, Conhecimento e Cultura**: Documento em versão preliminar. 2006.

ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001

COLL, César , **PALACIOS**, J., **MARCHESI**, A. *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1991

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ANEXOS

ANEXOS:

1. MATERIAL DE TRABALHO (TEXTOS E IMAGENS):

QUADRO 1- Sugestões de Dinâmicas, que foram trabalhadas com os alunos do 8º ano 1

DINÂMICAS PARA TRABALHAR COM O TEMA INCLUSÃO

1- CADEIRANTE: (LOCOMOÇÃO DO CADEIRANTE NA ESCOLA)

*Quais as adaptações necessárias?

* Quais as dificuldades?

* As necessidades podem ser vencidas?

2-NÃO OUVINTE E MUDO/NÃO FALANTE:

*Atividade: frase para ser falada através da linguagem de sinais/libras.

(O portador de necessidades especiais e gente como a gente)

(Incluir é conviver com as diferenças)

(Incluir é amar)

(Incluir é respeitar)

3-NÃO VIDENTE

* Atividades: criar circuito para transitar com olhos vendados sozinho e depois com condução.

ALGUMAS PESSOAS CHAMAM OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DE DEFICIENTE, MAS ELES NÃO SÃO!

Deficiente

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria. E só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um

irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois **"Miseráveis"** são todos que não conseguem falar com Deus. (Mário Quintana)

QUADRO 2-: Textos para sensibilização:

**"Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças"
(Mantovan)**

1-Os hebreus viam, na deficiência física ou sensorial, uma espécie de punição de Deus, e impediam qualquer portador de deficiência de ter acesso à direção dos serviços religiosos.

2-A Lei das XII Tábuas, na Roma antiga, autorizava os pais a matar seus filhos "defeituosos".

3-Os hindus, ao contrário dos hebreus, sempre consideraram os cegos, pessoas de sensibilidade interior mais forte, justamente pela falta da visão, e estimulavam o ingresso dos deficientes visuais nas funções religiosas.

4-Os atenienses, por influência de Aristóteles, protegiam seus doentes e os deficientes, sustentando-os, até mesmo por meio de sistema semelhante à Previdência Social, em que todos contribuíam para a manutenção dos heróis de guerra e de suas famílias.

COMO ERAM TRATADAS ANTIGAMENTE AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

A profissão de bobo existiu e era comum entre os séculos XIV e XVI, no final da Idade Média. As deformidades dos bobos da corte eram uma das principais formas de diversão dos reis. Grande parte deles era anã, corcunda ou portadora de outras deficiências físicas.

As pessoas que não se enquadravam no padrão social considerado "normal", seja por causa de problemas na sua concepção ou nascimento, seja por fatores como guerras, acidentes naturais, e outros, eram considerados empecilhos ou "peso morto", sendo por isso abandonadas ou deixadas no isolamento, sem que isso fosse considerado errado pelas demais pessoas.

5-Os índios Peruanos trancavam seus deficientes em jaulas para serem humilhados.

6-Já no Brasil sabe-se que no ano de 1854, D. Pedro II iniciou o atendimento ao deficiente criando o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, os portadores de deficiências mentais posteriormente passam a ser atendidos por organizações e associações de pais e comunidades.

7- Na Alemanha durante o período do nazismo. As pessoas com deficiência eram utilizadas como cobaias em experiências médicas e com os anões, foi usada a esterilização como método para evitar a reprodução desses "seres imperfeitos".

8- Na Inglaterra apareciam, aqui e ali, os isolamentos destas pessoas em grandes asilos e atitudes dispersas de rejeição, vergonha e medo.

QUADRO 3- Seminários de debate em sala de aula:

OFICINA DE OPV
TEMA: INCLUSÃO
ESTUDO DE CASOS SOBRE PRECONCEITO

CASO 1:

DONA GENI MORA A MUITOS ANOS NUMA RUA PACATA DO BAIRRO BELO MONTE. ELA TEM UM FILHO DE 10 ANOS QUE SE CHAMA RODRIGO E É O SEU ORGULHO. CERTO DIA MUDOU SE PARA SUA RUA UMA FAMILIA QUE TINHA UM FILHO COM SÍNDROME DE DOWN, UMA CRIANÇA DOCE, AMÁVEL QUE SE CHAMA LEONARDO, MAS A PRIMEIRA COISA QUE DONA GENI FEZ FOI PROIBIR SEU FILHO DE BRINCAR COM LEONARDO, AFINAL DE CONTAS PARA ELA UMA CRIANÇA ASSIM NÃO SERVIA PARA BRINCAR COM SEU FILHO.

O QUE VOCÊ ACHA DA ATITUDE DESTA SENHORA?

OFICINA DE OPV
TEMA: INCLUSÃO
ESTUDO DE CASOS SOBRE PRECONCEITO

CASO 3:

JUSSARA É UMA ALUNA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, ELA NASCEU COM UM PROBLEMA NA PERNA DE DIREITA O QUE A FAZ PRECISAR DE UMA MULETA PARA SE LOCOMOVER, ESTE SEMESTRE ELA MUDOU DE ESCOLA E ALGUNS ALUNOS DA NOVA ESCOLA NÃO A RECEBERAM MUITO BEMUM DIA ELES ESCONDFRAM A MULETA DELA PARA VÊ-LA APAVORADA, ZOMBANDO DO PROBLEMA DELA.

O QUE VOCÊ ACHA DA ATITUDE DESTES ALUNOS?

OFICINA DE OPV
TEMA: INCLUSÃO
ESTUDO DE CASOS SOBRE PRECONCEITO

CASO 2:

UM GRUPO DE ADOLESCENTES ESPERA O ÔNIBUS ESCOLAR NO PONTO QUANDO CHEGA UMA MOÇA CEGA A PEDIR INFORMAÇÃO SOBRE O ÔNIBUS QUE ELA DESEJA TOMAR, ALGUNS DOS ADOLESCENTES DECIDEM DAR A INFORMAÇÃO ERRADA SÓ PARA VER A MOÇA PEGAR O ÔNIBUS ERRADO.

O QUE VOCÊ ACHA DA ATITUDE DESTES ADOLESCENTES?

QUADRO 4- Seminários de debate em sala de aula:

Considerações dos alunos:

1-O QUE VOCÊ ACHA DAS ATITUDES DE PRECONCEITO COM AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS?

2- NA SUA OPINIÃO, QUAL DEVE SER NOSSO COMPORTAMENTO AO CONVIVERMOS COM PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS?

3- VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS PODEM CONVIVER NORMALMENTE COM AS OUTRAS PESSOAS, TRABALHANDO TENDO AMIGOS, APRENDENDO?

3-SIM, PORQUE TODOS PODEM TER A OPORTUNIDADE DE CONVIVER COM OUTRAS PESSOAS. NINGUÉM É MELHOR DO QUE O OUTRO. TEMOS QUE DAR OPORTUNIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, PARA ELAS DEMONSTRAREM O QUE REALMENTE É IMPORTANTE PARA ELAS. (LUCIANA/802)

3-SIM, POR TEREM PROBLEMAS NÃO OS IMPEDE DE TRABALHAR, FAZER VÁRIAS COISAS, EM ALGUNS CASOS TEM MAIS FACILIDADE DE FAZER ALGO DO QUE QUEM É DITO "NORMAL" (FABRÍCIO/802)

2-DEVEMOS RESPEITAR ELAS, PORQUE TALVEZ ALGUM DIA PODEREMOS SER IGUAIS A ELAS. DEVEMOS INCENTIVÁ-LAS PARA QUE SEJAM FELIZES DO JEITO QUE ELAS SÃO E OS ENCORAJAR A VENCER OS DESAFIOS DA VIDA. (MÁRCIO DOUGLAS/802)

2-TEMOS QUE ENTENDER QUE ESSAS PESSOAS SÃO MUITO MAIS INTELIGENTES DO QUE UMA PESSOA QUE NÃO TEM NENHUM PROBLEMA (...) M.B./801

1-NA MINHA OPINIÃO NINGUÉM DEVE SER PRECONCEITUOSO. DEVEMOS AJUDAR-NOS UNS AOS OUTROS.(P.G/802)

1-EU ACHO QUE AS PESSOAS DEVEM RESPEITAR OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E NÃO DISCRIMINÁ-LAS, POIS ISTO É CRIME.(W./801)

QUADRO 3 - Sensibilização: Apresentação dos alunos da APAE, projeto Mãos que falam:



Grupo de educadores da escola que estão participando do Curso de Capacitação em Educação Especial e Escola Inclusiva da PUC MINAS/2010:



FOTOS

QUADRO 1- Sensibilização: Mural sobre Bulling (desenho feito por um aluno do 9º ano)



QUADRO 2 - Sensibilização: Mural sobre Inclusão Social, com textos e produções dos alunos (desenhos) ;



**ANEXO 2: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
RACHEL IANCU STEURMAN**



ESCOLA ESTADUAL RACHEL IANCU STEURMAN

SELMA PEREIRA DOS SANTOS

BELO HORIZONTE, 2010



ESCOLA ESTADUAL RACHEL IANCU STEURMAN

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial do Curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Sob orientação da professora Micheli Virgínia Andrade Feital.

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

1-Introdução-----	4
2- Finalidades da escola -----	7
2.1-Missão da escola-----	7
2.2-Objetivos-----	8
2.3-Diagnóstico-----	10
2.4-Estratégias-----	11
3- Estrutura organizacional -----	11
3.1-Organização Administrativa-----	12
3.2-Organização Pedagógica-----	13
4- Currículo -----	14
4.1-Conteúdos Curriculares-----	16
4.2- O conhecimento e a relação ensino – aprendizagem-----	19
4.3-Interdisciplinaridade-----	21
5-Tempos Escolares-----	23
6-Processos de decisão-----	24
7-Relações de Trabalho-----	25
7.1-Relação professor-aluno-----	26
8-Avaliação -----	26
9-Referências Bibliográficas-----	36

1-INTRODUÇÃO:

O presente projeto se constitui de uma construção coletiva que teve a participação e o envolvimento de todos da comunidade escolar da Escola Estadual Rachel Iancu Steurman, nas suas discussões e na sua elaboração, para que todos tenham um compromisso com a sua implementação. A escola Estadual Rachel Iancu Steurman está localizada no bairro Fazenda Solar s/n na Cidade Igarapé-MG, CEP 32900-000, tef. 35341347.

Atende a uma clientela de periferia e zona rural, com grandes dificuldades de aprendizagem, devido a falta de estrutura, assistência familiar e situação financeira. Possui uma área de 60.000 m², sendo sua área ocupada de 12.720 m². Faz parte do Sistema Estadual de Educação, sendo vinculada a Secretaria Estadual de Educação e a Superintendência de Ensino Metropolitana B de Belo Horizonte, atendendo atualmente a 497 alunos do ensino fundamental (1º ao 9º anos e alunos do PROETI). Conta com dois especialistas e outros 58 funcionários, sendo que de seus docentes, 80% já cursaram o ensino superior, 10% estão cursando a universidade e muitos possuem especialização. Desempenha uma educação comprometida com os problemas sociais que os alunos enfrentam.

A fala do autor Ernst Bloch traduz com fidelidade nossas intenções nessa construção:

Não é possível dar a ninguém o que não palpita nele de antemão, ao menos como desejo. Sem isso, não acolherá, como presente desejado aquilo que se lhe entrega. É necessário que o apeteça, ou tenha apetecido, mesmo que apenas vagamente. Para que algo valha como resposta, importa que exista uma pergunta prévia. Eis a razão porque tantas coisas óbvias ainda não são enxergadas. (BLOCH, 2005).

A nova LDB partiu de um paradigma educacional alternativo, em substituição ao paradigma tradicional ao qual cabia à escola apenas o dever de cumprir o que era decidido pelos órgãos centralizadores. Visando atender os princípios de igualdade, liberdade, gestão democrática, pluralismo de idéias e concepções, etc. preconizados a lei, propôs-se que haja um Projeto Pedagógico em cada escola, elaborado por ela própria.

A LDB, lei nº 9394/96, prevê no seu Art. 12, inciso I que “ estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. MEC.96)

Em nível de escola, a proposta pedagógica passou a ser importante para determinar a educação e a escola que cada comunidade deseja, permitindo definir a concepção de educação, a forma de organização do ensino, as diretrizes curriculares que a escolar deve conhecer e apoiar.

É, portanto, através da proposta pedagógica que a escola possa introduzir mudanças planejadas e compartilhadas, a partir de uma ampla discussão sobre a concepção de educação que a comunidade deseja para sua população.

O Projeto Político Pedagógico é uma forma de se enfrentar o processo de alienação, exigindo que as ações sejam conscientes, que de fato corresponda as reais necessidades, bem como que haja partilha em tudo que se fizer.

O Projeto Político Pedagógico da escola é a sistematização, nunca definitiva, de um processo que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, onde se define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um elemento de organização e integração da atividade prática da escola *nesse processo de transformação*.

Tem, portanto, este valor de articulação da prática, de memória do significado da ação, de elemento de referência para a caminhada. O Projeto Político Pedagógico é uma construção coletiva de conhecimento.

Esta foi a reflexão realizada pela comunidade escolar da Escola Estadual Rachel Iancu Steurman ao iniciar o processo de construção do seu Projeto Político Pedagógico.

Antes de iniciar a elaboração do projeto, foi necessário um processo de sensibilização, de motivação para com a proposta de trabalho. Isso porque, se os sujeitos não percebessem o sentido, se não acreditassem, de nada resolveria os passos seguintes.

Um fator que foi decisivo para a significação da construção do Projeto Político Pedagógico foi a percepção da necessidade de mudança. É claro que se tudo vai bem, se nada há para se modificar na escola, para que introduzir o

Projeto Político Pedagógico através de um processo participativo? Portanto a questão inicial foi responder a uma pergunta básica: há algo em nossa prática que precisa ser modificado, transformado, aperfeiçoado?

Definida a elaboração, organizaram-se os níveis e formas de participação da comunidade (pais, alunos, funcionários, professores, equipe pedagógica e direção). Foi definido que a participação seria direta.

Assim, a Escola Estadual Rachel Iancu Steurman, diante da necessidade de elaborar seu Projeto Político Pedagógico procurou inicialmente conscientizar toda a comunidade escolar da importância da participação, refletindo e repensando o significado de uma participação crítica e comprometida.

A escola realizou debates buscando estimular uma reflexão no sentido de que participar é: decidir sobre os rumos da educação – é decidir a política educativa da escola; participar é comprometer-se com a construção da identidade da escola; é contribuir para a conquista da autonomia da escola; é fortalecer e garantir a eficácia e o sucesso do trabalho educativo em equipe; é vivenciar e fortalecer a democratização das relações na escola e na sala de aula; é assumir-se como sujeito de sua vida pessoal e profissional; participar é crescer e contribuir para o crescimento do grupo.

Na Construção do Projeto Político Pedagógico da escola, algumas diretrizes foram priorizadas:

- O conhecimento da realidade na qual a escola atua; sua história, seu desempenho ao longo do tempo, sua clientela, etc.
- Que o projeto esteja associado à idéia de avaliação da escola e com uma educação de qualidade para todos, com a eliminação da exclusão, do elitismo e com a cultura de reprovação.
- A garantia de ser uma opção política, ou seja, encaminhamentos no sentido de que as decisões fossem tomadas a partir da análise de várias alternativas em relação à concepção de educação, à organização dos tempos e espaços, às diretrizes curriculares e à avaliação.
- Que o projeto fosse dinâmico, sempre em construção. Que se mantenha um constante movimento de ação-reflexão-ação e, portanto, nunca esteja acabado. Ele é fruto de um trabalho construído e vivenciado em todos os momentos pelos profissionais que se envolvem com a escola.

- Que o projeto leve a escola a aprender a planejar e a estabelecer metas possíveis para obter progresso, bem como traçar planos de desenvolvimento capazes de serem atingidos.

O Projeto Político Pedagógico foi um processo no qual direção, professores, funcionários, alunos, e comunidade discutiram o trabalho educacional visando à formação de qualidade dos alunos, num clima de co-responsabilidade e compromisso permanente. Na elaboração do Projeto Político Pedagógico foi preciso reflexão profunda sobre o que se ia fazer e como seria feito o trabalho, reflexão esta que se fundamentou no diagnóstico da escola.

Sendo assim, ao se concentrar esforços para a elaboração do planejamento, foi preciso ter em mente que este exigia dos participantes questionamentos que envolveriam uma série de atividades no que diz respeito a elaboração e análise de projetos que dependeriam sistematicamente de certos princípios éticos e projetos que envolveriam posições situacionais e exposições de idéias.

Tais argumentos procuraram esclarecer a reciprocidade existente entre o *processo racional*, o *processo político* e o *processo educativo* e quão se tornaria indispensável a atuação harmônica de todos eles para que o planejamento fosse eficiente e dinâmico.

2-FINALIDADES DA ESCOLA:

2.1-MISSÃO DA ESCOLA

A sociedade atual está marcada por um acelerado ritmo de mudanças físicas, sociais, científicas, éticas, tecnológicas, políticas, econômicas e culturais, por isso têm valorizado o cidadão capaz de responder com eficiência e de modo crítico e criativo suas exigências.

A missão da Escola Estadual Rachel Lancu Steurman é formar pessoas capazes de viver, conviver e sobreviver, sobretudo, atuando na direção de interferir na realidade para transformá-la; capazes de aprender a aprender, lidar com rapidez na produção e circulação *de novos conhecimentos e informações*; capazes de ter uma atuação participativa em todas as instâncias sociais,

ocupando com efetividade e democraticamente todos os espaços de sua vida pessoal, produtiva, política e social; autônomos e capazes de se perceber no coletivo e de ter uma atuação solidária e conseqüente, contribuindo assim para o fortalecimento e coesão do grupo; capazes de conviver em harmonia e respeito com o meio ambiente, consciente da necessidade vital de sua conservação.

2.2-OBJETIVOS

Gerais

- Indicar os valores que orientem a prática educativa da escola.
- Possibilitar à escola exercer sua autonomia, delimitando de forma compartilhada com a comunidade a concepção de educação que pretende, a forma de organização de seu ensino e a sua metodologia de ação.
- Permitir que os profissionais da escola saibam diagnosticar a sua própria realidade, definir as propostas de atuação que melhor se ajustem às necessidades da comunidade e avaliar a ação da escola.
- Estimular a permanente melhoria da qualidade do ensino oferecido pela escola, de acordo com suas possibilidades de atuação.
- Retratar as aspirações, ideais e anseios da comunidade escolar, seus sonhos em relação à escola.
- Possibilitar condições para que os alunos dominem os códigos culturais básicos da *modernidade*; desenvolvam suas habilidades humanas para resolver problemas, tomar decisões e seguir seus caminhos, aprendendo continuamente; tornem-se cidadãos criativos, autônomos, responsáveis, críticos e conscientes de seu papel na sociedade, capazes de participar, modificar, propor, recusar e produzir com autonomia e competência, contribuindo para seu crescimento pessoal e da sociedade.

Específicos

- Investir num ambiente social que dê oportunidade ao exercício da cidadania no círculo de convivência cotidiana pela prática de valores sociais de respeito à vida humana e à natureza.
- Acolher as diferenças étnicas, culturais, lingüísticas e sociais, ampliando as possibilidades de convivência por meio do respeito e da solidariedade.

- Proporcionar ao aluno contato com diferentes elementos culturais.
- Privilegiar a criação de um ambiente afetivo, como condição fundamental para aprendizagem e oferecer oportunidades para o lúdico – movimento em direção ao prazer de aprender, fazer e construir.
- Desenvolver os conteúdos por meio de atividades, situações e vivências diversificadas que privilegiem a construção, reconstrução e transformação do conhecimento de forma criativa, o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, incluindo a capacidade de analisar e solucionar problemas.
- Desenvolver projetos que garantam a dinamização do processo educacional de modo a permitir vivenciar de forma completa, objetiva e real, e expressão, a criação, a auto-descoberta, a interação e a aquisição de novos conhecimentos e competências; que estimulem a curiosidade, a iniciativa, o relacionamento e o aprofundamento de estudos.
- Contribuir para a construção da cultura do sucesso, substituindo a cultura da reprovação e do fracasso, prestando assistência ao aluno com dificuldades e fazendo do erro, oportunidade de aprendizado.
- Proporcionar condições para os professores estabelecerem e planejarem coletivamente metas possíveis para obter progressos.
- Buscar melhorias físicas através da reforma do prédio que garantam atendimento *adequado e seguro aos alunos*.

2.3-DIAGNÓSTICO

Através de questionários ministrados em todos os segmentos da escola foram *identificadas as seguintes prioridades*:

- Alto índice de dependência;
- Indisciplina;
- Infrequência;
- Aulas desinteressantes;
- Normas impostas para os alunos;
- Desinteresse e falta de compromisso de alguns alunos, de alguns professores e funcionários;

- Falta de recursos materiais e tecnológicos como Micro data-show, computadores, carteiras, mesas para o refeitório, etc.
- Insegurança (frequentemente acontece de pessoas estranhas pularem para entrarem na escola durante os horários de aula e tumultos em eventos);
- Pouca participação da família do aluno na Escola;
- Falta de oportunidade para a formação continuada dos professores e demais funcionários;
- Trabalho muito individualizado por falta de tempo para integração entre os professores;
- Poucos instrumentos para avaliação do aluno;
- Falta de condições físicas e de formação docente para atenderem os portadores de necessidades especiais.

2.4-ESTRATÉGIAS/AÇÕES

- Junto com a comunidade escolar buscar junto à Secretaria Estadual da Educação a construção de uma quadra esportiva;
- Construir regras e normas coletivamente;
- Recuperação paralela visando diminuir os índices de alunos em regime de promoção parcial;
- Respeito aos ritmos diferenciados;
- Adquirir livros de literatura, material esportivo, carteiras novas, data show, computadores, mesas para o refeitório, etc;
- Colocar mais bebedouros;
- Colocar cortinas e ventiladores nas salas de aula;
- Planejar aulas fora da sala de aula; aula de teatro, música e artes em geral; aulas práticas e criativas;
- Palestras e excursões educativas;
- Garantir a interdisciplinaridade;
- Promover concursos de danças, de redação, fantasias, etc;
- Fazer uma maneira mais organizada para entrada e saída de pessoas na escola, fazer parceria com a polícia Militar, requerer patrulhamento escolar;
- Garantir a participação dos alunos nos conselhos de classe;

- Investir na conscientização do uso do uniforme visando a segurança dos alunos;
- Tratamento adequado a todos na escola (professores, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de secretaria, SOESP, direção, bibliotecárias, demais servidores);
- Respeito do aluno às regras da Escola (construídas coletivamente);
- Tomada de medidas punitivas para os que são irresponsáveis;
- Atenção individualizada, para atender as dificuldades;
- Reuniões periódicas para planejamento e replanejamento das ações;
- Espaço para elaboração de projetos interdisciplinares;
- Promover a capacitação de professores;
- Atividades com jogos ortográficos;
- Aulas de xadrez;
- Atividades que visem o resgate da auto-estima dos alunos;
- Promover palestras com psicólogos, nutricionistas, conselho tutelar para os pais;
- Propor projetos com a participação dos pais;

3-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA:

3.1-ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A administração da Escola Estadual Rachel Lancu Steurman é exercida por um Diretor e vice-diretor, assessorados pelo Colegiado.

A Escola possui na sua organização administrativa os serviços de secretaria, os serviços gerais de conservação e limpeza e de supervisão pedagógica e Orientação Educacional.

A secretaria cabe a responsabilidade pela escrituração, documentação e arquivos escolares.

Os serviços de conservação e limpeza são realizados diariamente, visando a higiene em conservação do patrimônio.

O prédio foi reformado recentemente, contando com 10 salas de aula sendo todas utilizadas nas atividades escolares em dois turnos com os alunos do Ensino Fundamental (do 1º ao 9º ano e com os alunos do PROETI). O mobiliário das salas se encontra em condições razoáveis de uso, e todas as salas são

equipadas com ventiladores e quadros. A escola adquiriu recentemente um aparelho de data-show para utilização no desenvolvimento das aulas, possui televisão, vídeo e DVDs que servem de suporte aos professores para a realização das aulas.

Os recursos financeiros recebidos pela escola são providos do repasse de verbas da Secretaria Estadual da Educação e são administrados para a aquisição da merenda escolar e da manutenção do prédio e dos equipamentos, sendo feita a prestação de contas pelo diretor, que é conferida e aprovada pelo conselho fiscal e encaminhada aos órgãos competentes.

3.2-ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

A Escola Estadual Rachel Iancu Steurman ministra o Ensino Fundamental em 09 (nove) anos, estruturados em cinco anos iniciais e quatro finais.

Nos anos iniciais, a organização escolar do Ensino Fundamental é de dois ciclos de alfabetização: Ciclo Inicial de Alfabetização com a duração de três anos; Ciclo Complementar de Alfabetização com a duração de dois anos.

Os anos finais do Ensino Fundamental estão estruturados em quatro anos: 6º, 7º, 8º e 9º anos.

Projeto Escola de Tempo Integral está destinado a atender os alunos com necessidades educacionais, visando a melhoria do seu desempenho escolar e a ampliação do seu universo de experiências artísticas, culturais e esportivas. Sendo atendidos em outro turno no mesmo espaço escolar.

O Ciclo Inicial de Alfabetização visa o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades consideradas fundamentais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos. Ele compreende três anos:

- 1º ano – destinada aos alunos que ingressam no ensino fundamental aos seis anos, completos até 31 de março e aos alunos que completarem sete anos de idade no período de 1º de abril a 31 de dezembro do ano em curso;
- 2º ano– destinada aos alunos que ingressarem no ensino fundamental provenientes do 1º ano, após o cumprimento dos objetivos do mesmo;

- 3º ano – destinada aos alunos que atingirem os objetivos do 2º ano, dando continuidade ao trabalho em desenvolvimento e finalizando os objetivos previstos para o Ciclo Inicial de Alfabetização.

O Ciclo Complementar de Alfabetização dá seguimento ao Ciclo Inicial, tendo em vista a consolidação, ampliação e aprofundamento dos conhecimentos e capacidades consideradas essenciais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos. Ele compreende dois anos:

- 4º ano – destinada aos alunos que concluíram o Ciclo Inicial de Alfabetização, dando continuidade ao processo de alfabetização e letramento desenvolvido no período anterior;
- 5º ano – destinada aos alunos que alcançaram os objetivos do 4º ano, dando continuidade aos processos em desenvolvimento e finalizando período anterior.

4-CURRÍCULO

Conforme Silva (1999), o currículo é lugar, espaço, território. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

Nas teorias do currículo, entretanto, a pergunta “o que?” nunca está separada de outros questionamentos: “que pessoas queremos formar?”; “que pessoas devem se tornar?”.

Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão segui-lo. Na verdade, de alguma forma, estas perguntas precedem a primeira “o quê?”, na medida em que as teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que considera ideal. Qual é a concepção de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será a pessoa racional e ilustrada do ideal humanista de educação? Será a pessoa otimizada e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado-nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizada pelas teorias educacionais críticas? A

cada um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo.

Nessa perspectiva, a Escola Estadual Rachel Iancu Steurman, pressupõe uma abordagem compreensiva e interpretativa dos fenômenos sociais, culturais e naturais, para construção do currículo. Acreditamos que, o currículo estando vinculado à cultura dos sujeitos, envolve as diversas dimensões (afetiva, simbólica, motora, cognitiva, estética, ético-moral, social, política, cultural, etc) do desenvolvimento humano.

A organização curricular, a medida em que desperta o interesse e a curiosidade dos educandos, estimula-os a analisar os problemas da realidade em que vivem e a buscar possíveis soluções, valorizando o conhecimento vivenciado, bem como ampliando sua visão de mundo.

Esta proposta pressupõe uma construção de currículo flexível, contemplando a possibilidade, o aluno introduzir focos de atenção ou modificações no seu desenvolvimento que, em princípio, não são percebidas, mas que surgem durante a sua realização. Isso é preciso uma transformação no modo de organização do trabalho no cotidiano escolar, onde é preciso redefinir estruturas que permitam que os educadores estabeleçam aberturas de comunicação e criem espaços que permitem o trabalho coletivo.

4.1-CONTEÚDOS CURRICULARES

De acordo com a Lei 9394/96 os currículos terão uma Base Nacional Comum obrigatória em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender ao plano do estabelecimento de ensino e às diferenças individuais dos alunos.

As matérias e os conteúdos serão relacionados em quadro anexo e anualmente comporão o Plano Curricular da escola.

O que deverá ser considerado não é quantidade de informações, mas a capacidade de apropriação, comunicação, produção e reconstrução.

Os objetivos das matérias e do processo educativo em geral, terão como base os Parâmetros Curriculares Nacionais e deverão visar:

- **Língua portuguesa**

Instrumentar o aluno para atuar como sujeito crítico no processo social, experimentando e desenvolvendo suas habilidades e competências de leitor de textos.

Ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental o aluno deverá ser de expressar-se em diferentes situações, de diferentes maneiras; ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais; conhecer e respeitar as variedades lingüísticas do português falado; distinguir e compreender o que diz os diferentes gêneros de texto; entender que a leitura pode ser uma fonte de informação, de prazer e de conhecimento; identificar os pontos mais relevantes de um texto, organizar notas sobre esse texto; fazer roteiros, resumos, índice e esquema; expressar seus sentimentos, experiências idéias e opções individuais; ser capaz de identificar e analisar criticamente os usos da língua como instrumento de divulgação de valores e preceitos de raça, etnia, gênero, credo ou classe.

História

Iniciar os alunos na reflexão histórica a partir da experiência da realidade vivida, iniciar o processo de construção dos conceitos primordiais ao conhecimento histórico; apropriar-se da condição de pensar historicamente a sua realidade ao realizar a própria produção de um conhecimento histórico; contribuir para que os alunos se sentem como sujeitos históricos, isto é, como cidadãos efetivos.

O Ensino de História deve aumentar o acesso dos estudantes às informações; desenvolver a consciência humana estabelecendo relações entre identidades individuais; sociais e coletivas; destacar compromissos e atitudes de indivíduos, de grupos e de povos na construção e reconstrução das sociedades, propondo estudo de questões locais, regionais, nacionais e mundiais, das diferenças e semelhanças entre culturas, das heranças legadas por gerações; valorizar o intercâmbio de idéias, sugerindo a análise e interpretação de diferentes fontes e linguagem – imagem, texto, objeto, música, etc, a comparação entre informações e o debate acerca de explicações diferentes para o mesmo acontecimento.

- **Geografia**

O Ensino de geografia deve proporcionar aos alunos, o desenvolvimento de suas habilidades de observar, descrever, indagar, representar, interpretar e analisar a multiplicidade de paisagens e lugares, compreendendo o seu papel como atores, coadjuvantes dos processos que estão constantemente transformando essas paisagens e lugares que essas paisagens e lugares resultam de múltiplas interações entre trabalho social e a natureza, e que estão plenos de significados simbólicos decorrentes da efetividade nascida com eles; que o espaço geográfico não é produto apenas de forças econômicas ou de formas de adaptações entre o homem e a natureza, mas também dos fatores culturais.

- **Ciências Naturais**

No ensino de Ciências o aluno deverá entrar em contato com as concepções fundamentais da biologia, da física, e da química em relação à organização da matéria, as transformações e evoluções dos sistemas. Este ensino deve contribuir como instrumento de preparação dos indivíduos para o pleno exercício da cidadania isto é, instrumentalizar o aluno para compreender o mundo fiscal e social.

Os alunos deverão desenvolver as seguintes habilidades: compreender a natureza como um conjunto dinâmico; identificar as relações entre ciência, tecnologia e mudanças nas condições de vida; formular questões e propor soluções para problemas reais; utilizar conceitos básicos associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida; combinar leituras, observações, experimentos e registros para coletar, organizar e discutir informações, valorizar o trabalho em grupo; entender a saúde como um bem individual que deve ser garantido pela sociedade e compreender a tecnologia como um dos meios para suprir as necessidades humanas e saber distinguir formas corretas e prejudiciais de usar a tecnologia.

- **Matemática**

O ensino de matemática deve se voltar à formação do cidadão, utilizando conceitos do cotidiano do aluno: seja acompanhando uma eleição, fazendo compras, calculando seus salários, seus direitos, dando ou recebendo troco, ou seja, em diversas situações que precise encontrar soluções para os problemas práticos, corriqueiros.

O ensino deve proporcionar ao aluno condições de descobrir, construir, organizar o próprio conhecimento incentivando o aprender-a-aprender, o raciocínio abstrato, o gosto pela matemática e pelo seu conhecimento

- **Educação Religiosa**

Este ensino deve oferecer elementos que favoreçam a percepção dos sinais e mecanismos geradores ou preservadores da vida que precisam ser valorizados. Deve estar voltado em vista ao bem comum, e abertura de espaços para participação no que é de direito de todos, ações concretas para a melhoria de qualidade de vida, propiciando a formação de senso crítico diante da sociedade em que vive. Sem com isto sobrejulgar um credo ao outro.

- **Educação Física**

A Educação Física, dentro dos PCNs, é área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidade de lazer, de expressão de sentimentos, de afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde.

O aluno deverá executar atividades com consciência e reflexão, conhecimento do seu desenvolvimento de valores como solidariedade, cooperação, liberdade de expressão e criatividade.

- **Inglês**

Os alunos deverão perceber as diferenças de línguas entre as diversas culturas, a sua história e o contexto em que elas estão. Seu ensino deverá proporcionar a utilização da língua estrangeira como acesso à informação de outras culturas e grupos sociais.

O domínio de uma língua estrangeira se tornou uma necessidade para uma colocação no mercado de trabalho, e a escola não pode se ausentar desse compromisso de oferecer um ensino de qualidade aos alunos que nela se inserem.

- **Artes**

O ensino de Educação Artística se dará de forma contínua e terá caráter de disciplina. Visará o desenvolvimento de habilidades artísticas e estéticas, apreciar arte e situar a produção social da arte de todas as épocas nas diversas culturas.

Temas Transversais

Os Temas Transversais permearão a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de todas as disciplinas, no decorrer de todo o Ensino Fundamental, inclusive através de projetos.

Além dos Temas Transversais propostos nos PCNs (Ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho e consumo e pluralidade cultural), também serão trabalhados temas locais e emergentes, dependendo do contexto histórico, econômico, político e cultural da nossa realidade.

4.2-O CONHECIMENTO E A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Para a Escola Estadual Rachel Iancu Steurman, o conhecimento é uma construção a respeito de tudo o que tem sentido na vida social e subjetiva dos seres humanos, bem como o que vai sendo incorporado como pessoal e coletivo, em cada um e no grupo social de pertencimento.

A escola atende a educandos portadores de uma infinidade de experiências que fazem deles sujeitos repletos de potencialidades e conhecimentos prévios que devem ser incorporados, à prática da escola, e ampliados. Segundo SOLE: a medida em que o educador é capaz de formular o problema ou a tarefa em termos familiares aos educandos remetendo-os às suas experiências e aprendizagens prévias estarão ajudando-os a estabelecer relações entre o novo e o já conhecido propiciando contextualização e significações.

Partindo, então, de todas as experiências socialmente acumuladas, a cultura escolar adquire a função de refazer e renovar o mundo e de ensinar os educandos a interpretar os significados mutáveis do que os indivíduos das diferentes culturas e tempos históricos dotam a realidade de sentido, ao mesmo tempo em que esses educandos abrem as portas para compreender suas concepções e as de quem os rodeia.

E esse processo, de ampliar o “horizonte de conhecimentos”, segundo Hernandez (1998), pode e deve ser realizado em qualquer idade, com pessoas portadoras de diferentes tipos de experiências, com educandos e com educadores. Só é necessário que esses tenham disposições e desejos.

Dessa forma, o trabalho na escola implica em assumir que a construção do conhecimento acontece na medida em que as pessoas envolvidas nessa teia das

relações escolares trabalhem coletivamente, pautando o processo ensino-aprendizagem na dialogicidade e em um processo de ação-reflexão-ação.

Esse processo deve se dar tanto na dimensão do educador quanto do educando. No individual, quanto no coletivo, no planejamento e na avaliação. A partir dessa reflexão realizada o educador tem a possibilidade de redimensionar sua ação tornando-a cada vez mais significativa para os educandos e para ele mesmo.

Em relação ao educando o processo de ação-reflexão-ação se dá principalmente na relação entre as vivências e práticas sociais dos alunos e a intervenção que a escola pode realizar. Partindo da experiência – da ação - do educando a escola tem a função de refletir, ressignificar e aprofundar as questões cumprindo assim o seu papel de ensinar ao educando que o conhecimento não é estável e que a realidade. Na verdade, se “fixa” em função das interpretações que são produzidas nos diferentes contextos e momentos históricos. A partir daí, ele redimensiona sua ação passando a ter um novo olhar sobre as diversas situações. Como define o Documento da Conferência Nacional da Educação Básica:

O contexto da gestão democrática deve-se ter em vista que a escola não pode mudar tudo e nem mudar a si mesma sozinha, pois ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve como instituição, precisa buscar o que lhe é específico: o ensino e a aprendizagem como direito humano, social e democrático dos que a constituem. Não há como educar para a autonomia, criatividade, autoconfiança, numa escola moldada pelo conteudismo, a memorização e a fragmentação do conhecimento. (CONAE, 2010)

4.3-INTERDISCIPLINARIDADE

Entendemos que a interdisciplinaridade será a forma de chegarmos à transdisciplinaridade, etapa onde não ficaríamos na interação e reciprocidade entre as ciências, mas alcançaríamos um estágio sem as fronteiras das disciplinas e teríamos um conhecimento mais globalizado.

Nesse sentido, o trabalho através de projetos parece a melhor opção e a alternativa mais viável. Entre os vários estudos sobre projetos, que realizamos, destacamos o de Fernando Hernández, que ressalta a perspectiva do conhecimento globalizado e relacional.

Essa modalidade de articulação dos conhecimentos escolares é uma forma de organizar a atividade de ensino e aprendizagem, que implica considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de forma rígida, nem em função de algumas referências disciplinares preestabelecidas ou de uma homogeneização dos alunos. A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1 – o tratamento de informações, e 2 – a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitam aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedentes dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio. (HERNANDEZ, 1998:61)

O modelo de escola que temos ainda insista na crença de que o conhecimento é algo pronto e acabado. Na sala de aula a preocupação muitas vezes ainda é o treino de habilidades, a memorização, a repetição e a imitação. Mas, estamos vivendo um momento de ressignificação da função da escola, do processo de ensino e de aprendizagem. A interdisciplinaridade faz parte de uma nova consciência, pressupõe o comprometimento com a quebra de crenças e visões fragmentadas que adquirimos ao longo de nossa história.

No contexto atual, desigualdades sociais, racismo, efeito estufa, guerras, fome, valores, miséria, meio ambiente, AIDS, globalização, inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, etc., não podem ser discutidos e resolvidos por uma única ciência. Estamos diante da exigência do rompimento da visão fragmentadas das disciplinas, dispensadas aos conhecimentos ministrados na escola. O modelo multidisciplinar, presente ainda hoje, desconsidera as características e necessidades do desenvolvimento cognitivo do aluno, dificultando a percepção da inteireza do saber e do ser humano. A interdisciplinaridade é uma proposta para resgatar esta inteireza perdida e possibilitar uma visão da totalidade do conhecimento. Ela é um meio de dar um

passo rumo ao despertar do saber pelo aprender. Ela possibilita uma aprendizagem significativa e uma nova visão de mundo e de conhecimento e vai além, promete a troca de metodologias entre as disciplinas.

O conhecimento nessa perspectiva é uma construção coletiva a partir das concepções prévias dos educandos, seu cotidiano, suas dúvidas, seus problemas – que devidamente explorados, permitem o desenvolvimento da criatividade, sensibilidade, senso crítico, capacidade de análise, de síntese, formulação e resolução de problemas.

A abordagem interdisciplinar e contextualizada do conhecimento permite uma intervenção real no universo escolar e promove ações para a reconstrução de vida em sociedade. Dessa forma, a escola estará apta a desenvolver as habilidades e competências no aluno para que ele possa se adequar às exigências do atual contexto tecnológico e globalizante.

Por isso, o conhecimento interdisciplinar extrapola os muros da escola e ganha amplitude ao estudar problemas reais, possibilitando o surgimento de novos desdobramentos na compreensão da realidade. Ao contrário de conteúdos geralmente demarcados para uma disciplina, que dá ao aluno uma visão fragmentada do mundo, a abordagem interdisciplinar possibilita a apreensão da realidade em todas as suas relações.

5-TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola é um local em que se encontra representada grande pluralidade de demandas e interesses, logo, a qualidade do trabalho desenvolvido depende da articulação dessa diversidade, para que se promovam ações capazes de reuni-las em torno de interesses comuns, em torno de um consenso.

E para atender a essa diversidade, ações de conscientização são realizadas para que os educandos conheçam e entendam que o ambiente escolar é composto por diversas realidades, possuindo cada componente sua identidade própria e seu direito de tê-la respeitada. A exemplo desta questão, desenvolve-se o trabalho direcionado as pessoas portadoras de necessidades especiais, sejam elas motoras ou intelectuais com atividades que vão da montagem de projetos interdisciplinares de conscientização dos alunos sobre a realidade desta questão, da formação continuada dos professores (material de apoio Projeto Incluir – material do curso de formação da PUC MINAS – livros disponibilizados pelo

governo) , da montagem de projetos de trabalho pedagógico em parceria com instituições de trabalho especializado (APAES).

Na Escola Estadual Rachel Iancu Steurman os serviços de Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional têm o papel específico de articular o trabalho pedagógico, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares, em torno de um eixo comum: o ensino aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

O planejamento pedagógico é feito bimestralmente, de forma coletiva, tendo em vista a aprendizagem dos alunos, e a necessidade de replanejar as atividades para atender as especificidades da aprendizagem individual de cada um.

Bimestralmente é realizado o conselho de classes para que todos os professores realizem o apanhado global da aprendizagem dos alunos, por turma e individualmente. Constituem-se objetivos do Conselho de Classe: avaliar a parte pedagógica como um todo em cada disciplina ou área de conteúdo; caracterizar a turma, enquanto um grupo sócio-cultural; selecionar e problematizar as necessidades de aprendizagem das turmas; caracterizar e problematizar dificuldades de aprendizagem e necessidades de ensino; identificar alunos com dificuldades específicas de aprendizagem; selecionar objetivos de ensino; estruturar e avaliar projetos de trabalho; avaliar os projetos desenvolvidos e sugerir novos; conhecer e situar questões emergentes da relação professor aluno; levantar sugestões de atividades de ensino; discutir objetivos, critérios e formas de avaliação; organizar trabalhos de monitoria

Nos casos onde a aprendizagem apresenta necessidade de intervenção, são aplicadas as ações planejadas no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica), elaboradas para atender as demandas de defasagem de aprendizagem em todos os conteúdos através de recuperação paralela e projetos de aquisição e aprimoramento da aprendizagem como: gincanas educativas, olimpíadas dos conteúdos, projetos de leitura e produção de textos.

A escola conta com três áreas externas e um pátio interno, utilizados para atividades de projetos de dança, teatro, festivas e esportivas nos dois turnos atendidos pela escola.

Estamos localizados a uma certa distância do centro urbano, numa localização tranquila, o prédio tem seu entorno bem arborizado, favorecendo o ambiente de aprendizagem.

Os alunos frequentam a escola, divididos em dois turnos, (matutino e vespertino) sendo que os alunos do PROETI frequentam em tempo integral (um período de aulas normais e outro período de atividades lúdicas, oficinas e atividades físicas.

6-PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Estadual Rachel Iancu Steurman conta o processo de eleição direta para a escolha de seus dirigentes, correndo todo o processo de forma democrática e livre. O que favorece o desenvolvimento de uma gestão democrática, compartilhada com a participação de representantes de toda a comunidade escolar escolhidos de forma clara e democrática para a composição do colegiado escolar que compartilha a tomada de decisão no gerenciamento das questões administrativas e financeiras apresentadas. As ações são descentralizadas dentro da instituição, havendo espaço para a participação e contribuição de todos. O Colegiado Escolar é um órgão consultivo e deliberativo. Ele reúne representantes de todos os segmentos que constituem a comunidade escolar.

O Colegiado é um espaço privilegiado para manifestação dessa pluralidade, uma vez que todos os segmentos da comunidade estão nele representados. Ele é, portanto, o espaço fundamental para o debate e a viabilização do consenso necessário ao desenvolvimento dos alunos, para o estabelecimento de padrões de convivência democrática.

A escola conta ainda com a presença do conselho fiscal, que fiscaliza os gastos e a prestação de contas da administração financeira da instituição.

O Conselho de Classe é um órgão complementar dos serviços pedagógicos. Ele é órgão consultivo que atenderá a filosofia e as características da Escola inspirando-se nas disposições legais, principalmente, no que se refere a avaliação, a recuperação, a composição dos currículos e as necessidades do aluno e do professor.

O Conselho de Classe se constitui de todos os professores das turmas, especialistas da educação e secretário da Escola. A participação de pais e alunos no Conselho de Classe ocorre de acordo com os objetivos das reuniões.

Nesta escola o processo de avaliação do desempenho dos servidores acontece de forma clara, sendo os membros da comissão de avaliação escolhidos por eleição entre os servidores e pelo colegiado.

7-RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na Escola Estadual Rachel Iancu Steurman são pautadas na solidariedade e na participação coletiva, os segmentos se correlacionam e há interação entre os turnos, visto que atendem em comum a grupo de alunos do PROETI e que todos primam por uma educação que desenvolva o processo de parcerias, dentro e fora do ambiente escolar.

As ideias de todos são aceitas e compartilhadas, levando em consideração a diversidade e a capacidade de cada um. E é neste sentido que os conflitos, mesmo que raros, são resolvidos. Entendemos ser correta a afirmação do documento da CONAE:

Como espaço de relações, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações é também um lugar de representações sociais. Dessa forma, o ensino escolar na sua integralidade, dentre outras intenções, deve fortalecer relações de não-violência e o reconhecimento das diferenças com aquilo que nos torna iguais. O ensino deve fortalecer o educando como ser livre e conceber a vida como direito de todos.(CONAE 2010)

A maioria dos servidores do quadro de professores possuem formação acadêmica, sendo muitos possuidores de curso de pós-graduação, e grande parte se preocupa em aprimorar de forma constante seu conhecimento, participando de cursos de capacitação.

Embora a maioria não disponha de tempo suficiente para de dedicar de forma mais efetiva a participação nestes cursos, muitos demonstram disponibilidade e interesse. Baseados na perspectiva de que é sempre possível aprender e ensinar.

7.1-A RELAÇÃO PROFESSOR x ALUNO

Reconhecemos que não é mais possível dizer ao estudante: esqueça de seus conflitos e desejos e venha aprender.

É tarefa para um educador que cria e transforma a realidade em comunhão com seus semelhantes, para se enxergar a importância de educar e educar-se no pluralismo, no encontro de realidades distintas, no respeito à natureza do diferente, na multiplicidade de caminhos. Acreditamos que, na ausência de um vínculo afetivo do educador com o educando não há aprendizagem a empatia é indispensável ao êxito deste processo. Assim, o educador necessita compreender o educando frente à tarefa de aprendizagem, se questionar e avaliar o lugar e a função que ocupa.

Sabemos que não basta o aluno ser inteligente para aprender e desenvolver-se. A aprendizagem vai passar, necessariamente, pelo relacionamento entre as pessoas, e pelos fatores que envolvem essa relação, tais como afetividade, desejo, carinho e uma boa comunicação. E ao mesmo tempo em que o aluno aprende, ele estará desenvolvendo-se como sujeito e membro de um grupo sociocultural. Os instrumentos culturais disponíveis e a mediação que o professor e a escola vão fazer desses elementos é que vão possibilitar uma boa aprendizagem. E é por pensar assim que procuramos desenvolver uma educação pautada em um relacionamento de respeito mútuo.

8-AVALIAÇÃO

Quando os professores aceitam trabalhar como sujeitos da história, num processo dialógico, rompem com a rotina pedagógica e didática, com a segmentação do currículo, com o peso de uma avaliação meramente quantitativa. Por isso, buscará no processo de avaliação o integrar a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor na direção da construção do conhecimento e a formação da cidadania consciente e participativa. O ato de avaliar construirá de um processo de ação-reflexão-ação. Como afirma Perrenoud que deveria ser:

Toda a ação pedagógica repousa sobre uma parcela intuitiva de avaliação formativa, no sentido de que, inevitavelmente, a um mínimo de regulação em função das aprendizagens ou, ao menos dos

funcionamentos observáveis dos alunos, para se tornar uma prática realmente nova, seria necessário, entretanto que a avaliação formativa fosse a regra e se integrasse a um dispositivo de pedagogia diferenciada. (PERRENOUD, 1999:14)

Os resultados da avaliação serão utilizados para: redimensionar a intervenção do professor no processo de ensino, rever metodologias alternativas de trabalho, criar novos recursos didáticos mais adequados ao desenvolvimento do aluno; possibilitar ao acompanhar o desempenho de sua trajetória escolar, identificar as suas conquistas, os seus avanços, bem como os seus pontos fracos, as suas dificuldades e potencialidades para orientação e reorientação de seu próprio estudo; contribuir para a escola pensar e reorganizar o seu currículo e as suas práticas educativas; propiciar aos pais conhecerem a prática pedagógica dos professores, acompanharem e orientarem o desenvolvimento escolar de seus filhos.

A avaliação do desempenho escolar do aluno buscará avaliar o grau de desenvolvimento, conhecer dificuldades e possibilidades, a fim de planejar e replanejar ações educacionais necessárias. O processo de avaliar será vivenciado nas classes, envolvendo o professor que avalia e o aluno que é avaliado, nos aspectos cognitivos, afetivo-emocionais e socioculturais, oportunizando a construção de sua autonomia.

A avaliação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, como prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais;

- *Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;*
- *Possibilidade de avanço nos recursos e nas séries mediante verificação da aprendizagem;*
- *Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;*
- *Estudo de recuperação paralelo ao período letivo;*

O processo de avaliação de desenvolvimento do aluno será realizado garantindo:

- *A permanente informação e registro sobre o desempenho do aluno, em relação aos objetivos do currículo em vigor;*

- *A observância às flexibilizações e adaptações curriculares em respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos;*
- *O replanejamento didático, com base nos resultados de cada trimestre;*
- *A prática da avaliação contínua e processual, de forma a propiciar os meios necessários à continuidade do processo de aprendizagem do aluno em todos os níveis da educação básica;*
- *O fornecimento de dados para a auto-avaliação da escola e informação à comunidade, quanto aos resultados do trabalho escolar, nos termos da legislação em vigor.*

A avaliação no Ciclo Inicial de Alfabetização será diagnóstica. Os resultados da avaliação serão a chave para a tomada de decisões sobre o que deve ser reforçado, ou seja, um diagnóstico que leve à análise da realidade, de onde se possam captar os subsídios e tomar as decisões no sentido de superar os problemas constatados. A avaliação servirá, antes de tudo, como uma possibilidade de reflexão, senão permanente, ao menos sobre as deficiências surgidas, nesse processo de avaliação, o professor deverá conhecer os seus alunos, seus avanços e dificuldades, e também o próprio aluno precisa a se avaliar e descobrir o que é preciso mudar para garantir melhor desempenho.

Para acompanhar o desempenho dos alunos, o professor registrará cotidianamente as considerações sobre o grupo todo e sobre cada um dos alunos, a partir das atividades desenvolvidas durante todo o trabalho pedagógico. Tomando como parâmetros os critérios formais da aprendizagem, observará o nível de aprendizagem relacionado ao conhecimento; o interesse e na iniciativa do aluno para a leitura, o estudo, a pesquisa, a qualidade do conteúdo elaborado e da linguagem utilizada; a sistematização e ordenação das partes, relacionadas à produção individual; a qualidade da elaboração em conjunto com outros alunos; a capacidade crítica, indicando a criatividade; a capacidade de reconstrução própria e de relacionar os conteúdos das diversas áreas do conhecimento.

Nesse processo da avaliação, não podemos esquecer que o professor também avaliará, refletindo sobre o seu próprio trabalho, verificando seus procedimentos e, quando necessário, reestruturando sua prática.

É importante destacar que a avaliação deverá ser conscientemente vinculada à concepção de mundo, de sociedade e de ensino que queremos,

permeando toda a prática pedagógica e as decisões metodológicas. Sendo assim, a avaliação não representará o fim do processo de aprendizagem, nem tampouco a escolha inconsciente de instrumentos avaliativos, mas, sim, a escolha de um caminho a percorrer na busca de uma escola necessária.

Nos Ciclos de Alfabetização a partir dos resultados da avaliação contínua, serão organizados reagrupamentos dinâmicos para atendimento dos alunos com necessidades específicas de aprendizagem:

- Reagrupamentos dos alunos na própria classe, em determinado horário, tendo em vista a realização de um trabalho independente pela maioria da turma, enquanto o professor trabalha junto a um grupo;
- Reagrupamentos dos alunos, em determinados dias/horários previamente combinados e envolvendo várias turmas, para o desenvolvimento de atividades diferenciadas, cada professor atendendo a uma necessidade;
- Estudos orientados extra-classe.

Os registros relativos ao processo de aprendizagem e os meios de informação aos pais sobre o desenvolvimento dos alunos, serão instrumentos de natureza mais qualitativa, tais como: fichas descritivas, agenda do aluno; caderno da turma.

Para fins de acompanhamento da família do processo cognitivo do aluno no final de cada trimestre, será utilizada ficha de registro do desempenho do aluno através dos seguintes conceitos, a saber:

- I. Conceito A – Não demonstra dificuldade no aspecto avaliado;
- II. Conceito B – Demonstra um pouco de dificuldade no aspecto avaliado;
- III. Conceito C – Demonstra muita dificuldade no aspecto avaliado;
- IV- Conceito D – Demonstra não ter aprendido o aspecto avaliado;

Afinal de cada ano, ciclo, haverá uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos, envolvendo todos os objetivos previstos para o período. Os resultados dessa avaliação subsidiarão o planejamento da continuidade dos trabalhos no ano seguinte.

Ao final de cada ano, no ciclo, os pais receberão informações objetivas e em linguagem acessível sobre o progresso de seus filhos:

- I. Aspectos que venceram muito bem;

- II. Aspectos que ainda estão em desenvolvimento;
- III. Aspectos em que apresentam dificuldades.

Depois de esgotadas todas as estratégias de ensino-aprendizagem previstas, e verificada, no final do ciclo, a falta das competências básicas para o avanço do aluno no processo educativo, ele poderá permanecer no ciclo, para garantir e alcançar os objetivos propostos para o ciclo.

Nos quatro últimos anos do Ensino Fundamental os processos de avaliação deverão medir de preferência, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, as habilidades e automatismos adquiridos, evitando a aferição de dados.

A ação avaliativa será contínua e não circunstancial, reveladora de todo o processo e não apenas de seu produto. Nessa percepção, a avaliação incidirá sobre os aspectos globais do processo de ensino-aprendizagem, portanto, sobre as questões ligadas tanto ao processo de aprendizagem do estudante como na intervenção do docente.

Deverão participar da avaliação todas as pessoas diretamente envolvidas no processo *ensino-aprendizagem*.

Diversificados instrumentos de medidas deverão ser utilizados (provas, trabalhos individuais e/ou em grupo, pesquisas, observações, feiras, apresentações, dramatizações, auto-avaliação, portfólio, ficha de acompanhamento do aluno, agenda do aluno, entre outros) devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado e com o currículo desenvolvido.

A auto-avaliação do aluno será adotada, por construir instrumento indispensável no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

No final de cada trimestre, serão realizadas reuniões com os pais ou responsáveis visando garantir a participação dos mesmos no desenvolvimento escolar do (a) filho (a).

Na avaliação do aproveitamento do aluno será adotado o sistema de pontos cumulativos.

Os pontos serão assim ministrados:

- I. 1º bimestre - 20,0 (vinte) pontos;
- II. 2º bimestre - 25,0 (vinte e cinco) pontos;

III. 3º bimestre - 25,0 (vinte e cinco) pontos. IV. 4º bimestre – 30,0 (trinta pontos).

As avaliações deverão ser realizadas por conteúdos trabalhado para garantir aos alunos e aos responsáveis, conhecer o desempenho por conteúdo, facilitando assim, as intervenções que se fizerem necessárias e o não acúmulo de dificuldades.

Será utilizada uma ficha de acompanhamento do aluno, com o objetivo de avaliar aspectos qualitativos que fazem parte da sua formação humana: pontualidade, tarefas realizadas em casa, em sala de aula, relacionamento com colegas, professores e demais funcionários, disciplina, autonomia, respeito às normas da escolares, ao patrimônio público, participação.

O aluno será avaliado nos aspectos acima citados através de um conceito global que será definido por todos os professores no Conselho de Classe. Esses conceitos serão:

- 1- A - Não apresenta dificuldade no aspecto avaliado.
- 2- B – Apresenta um pouco de dificuldade no aspecto avaliado.
- 3- C - Apresenta muita dificuldade no aspecto avaliado.

Esta Escola procederá a avaliação de candidato maior de 14 anos que requeira o comprovante de conclusão do 5º ano do Ciclo Complementar do Ensino Fundamental. O candidato será submetido a 03(três) avaliações com o valor de 100(cem) pontos cada:

- 01(uma) prova de Língua Portuguesa, incluindo redação, cujo nível deverá ser compatível com a vivência do candidato;
- 01 (uma) prova de Matemática;
- * 01(uma) prova conjunta de História, Geografia e Ciências.

Para efeito de aprovação o candidato deverá obter no mínimo de 60% (sessenta por cento) em cada prova.

Recuperação

A Escola oferecerá, obrigatoriamente, estudos de recuperação paralela ao período letivo. Ela organizará diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo e após o mesmo:

- estudos orientados a partir de atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem;
- estudos orientados presenciais, imediatamente após o encerramento do ano letivo, para os alunos que não apresentaram domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período;
- estudo independente a ser realizado no período das férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente, quando as estratégias mencionadas nos incisos I e II não forem suficientes para atender as necessidades mínimas de aprendizagem do aluno.

Os estudos de recuperação serão alvo de reavaliação e os registros escolares serão modificados sempre que for detectada a superação dos resultados anteriores.

Promoção e progressão parcial

Para ser considerado aprovado o aluno deverá alcançar aproveitamento mínimo de 60 (sessenta) pontos acumulados em cada disciplina e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária oferecida no ano.

No caso de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) ao final do período letivo a Escola poderá usar o recurso da reclassificação, para posicioná-lo no ano, etapa, ciclo ou período letivo seguinte. No final do ano letivo os alunos que obtiverem desempenho inferior ao mínimo exigido para efeito de aprovação, terão direito a recuperação final, através de estudos orientados. A progressão parcial será adotada nos quatro anos finais do ensino Fundamental.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

Ficará retido no ano em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo, ao inferior exigido, em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

Para efeito da definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez – independente do ano em que incidir – tendo em vista que a recuperação será planejada considerando as aprendizagens

fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno. O aluno concluirá o nível de ensino somente quando obtiver a aprovação nas disciplinas em que se encontrar em regime de progressão parcial.

A progressão parcial será oferecida como:

I – estudos orientados ao longo do primeiro semestre do ano letivo subsequente, para os alunos em regime de progressão parcial, podendo os mesmos serem liberados do processo tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas;

II – estudo independente, no segundo semestre do ano letivo em curso, para os alunos em regime de progressão parcial que não obtiveram resultados satisfatórios nos estudos previstos no inciso I, devendo os mesmos ser avaliados ao final do ano letivo, em data previamente definida pela escola.

8.1-ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

A escola dará informações aos pais ou responsáveis sobre a frequência e desempenho dos alunos, no mínimo trimestralmente, através de reuniões. Quando necessário, serão utilizadas entrevistas individuais ou coletivas com os pais. Também poderão ser utilizadas correspondências, jornal escolar, de acordo com a natureza da situação.

8.2-AVALIAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual Rachel Iancu Steurman promoverá a avaliação de desempenho de seus profissionais de acordo com a legislação pertinente.

A cada bimestre realizará avaliação, através de assembléia geral ou através de questionários ministrados a todos os segmentos, dos resultados alcançados, do cumprimento das ações planejadas e análise crítica dos registros de ocorrências (reclamações de pais, alunos, professores, fatos políticos ou socioculturais envolvendo o trabalho da escola; reincidências de problemas específicos relacionados à avaliação de alunos, disciplina, dificuldades de aprendizagem, uso de espaços e recursos coletivo

8.3-AVALIAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DA ESCOLA

A avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola será realizada a cada semestre e se constituirá de análises da concretização de todas as propostas nele contidas.

Em reuniões que poderão ser realizadas coletivamente ou por segmento deverão ser respondidas às seguintes questões:

- Que ações foram executadas? (o que foi e o que não foi realizado. O que está em andamento, o que vai ser feito ainda, o que não foi programado nem pensado, mas foi realizado);
- Atividades cotidianas necessárias estão sendo realizadas? Estão de acordo com as necessidades da escola?
- As concepções e teorias que orientam a construção do PPP da escola ajudaram na caminhada? Até que ponto elas foram vivenciadas?

As determinações e normas adotadas foram cumpridas? Ajudaram a construir uma prática transformadora?

- Em que medida as necessidades foram supridas? Quais permanecem? Precisam ser melhor definidas, detalhadas? Que novas necessidades estão colocadas?

Em seguida, tendo como referência as necessidades já revistas e re-elaboradas será realizada a programação para o próximo semestre. Por nos apropriamos da fala de Gandin, quando ele afirma que:

Não somos pescadores domingueiros, esperando o peixe. Somos agricultores, esperando a colheita, porque a queremos muito, porque conhecemos as sementes, a terra, os ventos e a chuva, porque avaliamos as circunstâncias e porque trabalhamos seriamente. (GANDIM,1997)

9-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. V1. Trad. Nélio Schneider. EDUERJ: Contraponto. Rio de Janeiro. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GANDIN, Danilo. **A prática do Planejamento Participativo na escola**. Petrópolis, Vozes, 1997.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, Ministério da Educação Brasília, 20 de dezembro de 2006.

CONAE, Documento Final. Brasília, maio 2010.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.